

Mensagem Circular SINDMAR - Petrobras e Transpetro Nº 23/2017
Rio de Janeiro, 26 de abril de 2017.

AOS OFICIAIS E ELETRICISTAS DA PETROBRAS E DA TRANSPETRO

Prezados Companheiros e Companheiras,

Foi encerrado às 12h00 do dia 26/04/2017 o processo de votação das propostas da Petrobras e da Transpetro para os Termos Aditivos aos Acordos Coletivos de Trabalho 2015/2017 dos marítimos, apresentadas em 11/04/2017. Após contabilização, as mesmas foram rejeitadas, por ampla maioria dos votos.

Considerando todos os votos recebidos, a totalização final apresenta **804** votos, com 771 válidos, sendo:

- **NÃO, rejeitando a proposta – 748 votos**, que corresponde a **97%** dos votos válidos.
- **SIM, aprovando a proposta – 23 votos**, que corresponde a **3%** dos votos válidos;

Não foram considerados **33** votos recebidos, por não estarem conformes com as instruções para o procedimento de votação.

O resultado está sendo comunicado às empresas e será agendada reunião para continuidade das negociações para o Termo Aditivo ao ACT 2015/2017.

O SINDMAR destaca o alto índice de rejeição às propostas e conclama seus representados para que contribuam de forma efetiva em manifestações, como a Greve Geral do dia 28/04, para pressionar as empresas para que elas se motivem a avançar em suas propostas. De outra forma, as empresas continuarão arrastando as negociações como têm feito até aqui.

Agradecemos a todos os companheiros e a todas as companheiras que contribuíram para a expressiva manifestação democrática à consulta realizada.

Reafirmamos o nosso compromisso com o sigilo em relação aos votos recebidos.

Solicitamos a todos que, ao receberem esta mensagem, contribuam com sua ampla divulgação.

Despedimo-nos com as já tradicionais **Saudações Marinheiras**.

Sindicato Nacional dos Oficiais da Marinha Mercante - SINDMAR

Observação de praxe:

Cumpramos lembrar que a não difusão ou a retenção desta correspondência fere o preceituado no art. 5, inciso XII, da Constituição Federal e o art. 266, do Código Penal, ficando o infrator sujeito às sanções previstas na legislação pátria.